

O PLANEJAMENTO URBANO E A NEGAÇÃO DO SUJEITO POPULAR: A EXPULSÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES E DOS CAMELÔS DAS RUAS DO CENTRO DE BELO HORIZONTE (MG)¹

Isabella Couto de Oliveira²

Universidade Federal de Minas Gerais

isabellacouto77@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresenta debates teóricos sucedidos por análise empírica sobre o processo de expulsão dos vendedores ambulantes e dos camelôs das ruas do centro de Belo Horizonte. Primeiramente, propõe-se o debate em torno da solidificação do neoliberalismo no período atual, momento que as cidades assumem um protagonismo nunca visto antes. Posteriormente, entra em questão a complexidade e a contradição dessas cidades, que absorvem conteúdos conflitantes entre si e promovem políticas públicas que objetivam fomentar a valorização do espaço urbano. Por fim, apresenta-se o processo de expulsão dos vendedores ambulantes e dos camelôs do centro de Belo Horizonte, que são forçados a se transformarem em lojistas nos shoppings populares. A hipótese de trabalho sugere que a partir do planejamento urbano, é promovida a negação do sujeito popular na capital mineira.

Palavras-chave: Planejamento urbano; vendedor ambulante; camelô.

GT – 04: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo.

¹ Artigo fruto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Prof. Dr. Fábio Tozi, professor adjunto do Departamento de Geografia da UFMG e dos Programas de Pós-Graduação da UFMG e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-So).

² Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora bolsista FAPEMIG na modalidade Bolsa de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação em projeto de pesquisa vinculado ao Departamento de Geografia da UFMG.

1. INTRODUÇÃO

A globalização e a pobreza são temas frequentemente abordados em debates científicos, ainda que muitos evitem mencionar o segundo pelo seu nome real. A partir do meio técnico-científico-informacional, expressão da globalização no espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2008 [2001]), ocorre a naturalização³ da pobreza, sobretudo em virtude da ascensão da agenda neoliberal nos países pobres. Ao ser naturalizada, a condição de pobreza torna-se um fenômeno banal, de modo a afastar o Estado de sua missão social. O atual contexto, dessa maneira, sugere uma reorganização do espaço geográfico que possui, por um lado, os vetores da globalização e, por outro, a experiência da escassez.

Com a solidificação do neoliberalismo e a teoria do desenvolvimento no atual estágio do capitalismo, as ações governamentais, em diferentes escalas, são contaminadas por uma ideologia que indica o suposto único caminho possível para o progresso, que implica, sobretudo, na informação como fator produtivo e no planejamento capitalista do espaço urbano. Trata-se, portanto, do trajeto a ser percorrido por um país “subdesenvolvido” para ser considerado “desenvolvido”. Entra em questão, nesse cenário, o uso político das técnicas e a influência dos agentes hegemônicos, representados pelas grandes firmas e instituições internacionais, na configuração territorial. Estamos diante de uma urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas (SANTOS, 2013 [1993] p. 105) e o planejamento vem sendo usado como um instrumento de dominação (MIRANDA, 2005, p. 90) ao não considerar a lógica da pobreza e destinar os recursos públicos aos investimentos econômicos, colocando os sociais em segundo plano.

Ora, considerando que o espaço urbano é essencial para a reprodução da economia capitalista, mudanças substantivas têm sido incorporadas ao espaço das grandes cidades brasileiras. Como exemplo, é possível citar os planos de “revitalização” dos centros e as megaobras, que frequentemente estão associadas aos megaeventos e se instalam no território sob argumento de modernização. Essas transformações estruturais muitas vezes rompem a estrutura socioeconômica local, despertando a totalidade do diabo⁴. Territorialmente, o atual

³ Este termo refere-se à interpretação trazida por Santos (2001 [2000]): “A pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável.” (p. 73).

⁴ SANTOS, M. **A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais**. In: Economia Espacial: Críticas e alternativas. São Paulo. Edusp, 1979.

planejamento urbano segue então os princípios dos novos vetores da modernização, em que “a manipulação dos valores inscreve-se nos objetos urbanos e em discursos que buscam justificar a segregação, com argumentos que racionalizam a escassez sofrida pela maioria” (RIBEIRO, 2005a).

No cotidiano, a experiência social torna-se ainda mais conflitante diante das tensões que emergem em torno do planejamento excludente e do uso popular do território, sobretudo aquele dedicado ao trabalho. As tramas da cidade, que como nos diz Telles (2007), se desenvolvem entre os artefatos da cidade global e dos pobres, guardam manifestações do espaço vivido que revelam como é modelada a sociabilidade em tempos em que os meios de sobrevivência são constantemente negados devido ao distanciamento entre as políticas públicas e a realidade social.

Diante de tais apontamentos teóricos iniciais, a pesquisa empírica encontra-se nas tensões presentes na capital mineira, que possui contradições em seu território ao absorver, simultaneamente, os impulsos modernizadores e as formas de organização e resistência das camadas populares. Particularmente, o trabalho dedica-se aos vendedores ambulantes e aos camelôs de Belo Horizonte, que desde a expulsão das ruas pelo Código de Posturas (Lei nº 8.816/2003) são forçados a se transformarem em lojistas. Inserida no contexto das tentativas de reestruturação urbana dos centros das grandes cidades brasileiras durante os anos 2000, a Prefeitura de Belo Horizonte inclui esses sujeitos no bojo de intervenções necessárias à “recuperação” de áreas degradadas. A criação do shopping popular para acolher os trabalhadores expulsos das ruas, evidencia o processo em curso na cidade, que visa promover, em associação com o setor privado, a revalorização dos espaços públicos do centro.

A hipótese de trabalho sugere que a luz do novo planejamento urbano, é promovida a negação do sujeito popular, que possui grande representatividade nos ambulantes e nos camelôs. Sendo o Brasil um país extremamente desigual, tais sujeitos representam não só a possibilidade de consumo de grande parte da população que não possui outros meios, mas evidenciam também as especificidades das cidades dos países pobres, que são incapazes de absorver toda a demanda populacional por trabalho. Assim, cria-se uma nova realidade, já que não há subordinação completa às racionalidades dominantes e a experiência da escassez é a base dessa adaptação (SANTOS, 2017 [1996], p. 309).

Finalmente, espera-se contribuir à compreensão, a partir dessa análise empírica, das transformações ocorridas no âmbito do espaço urbano brasileiro, que diante dos processos de globalização adquire uma importância primordial para a reprodução do capital. A competitividade atualmente alcança a escala das cidades, assim, conforme Magalhães e Tonucci (2017), tendo em vista a dinâmica geoeconômica neoliberal, as ações do planejamento visam seguir uma lógica de potencialização de valorização. Por isso a relevância de se inserir ao debate as ações orientadas ao uso popular do território.

Para a execução da pesquisa, que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso do qual este artigo é fruto, foram realizados trabalhos de campo ao centro de Belo Horizonte, onde foram visitados todos os shoppings populares da área em que, oportunamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os lojistas (ex-camelôs). Além disso, os campos no centro também permitiram a sistematização das modernizações em curso e a observação dos usos populares na área. Outros dados importantes foram extraídos de pesquisa nas mídias, tais como portais *online* e físicos de jornais, visto que as notícias e as reportagens são evidências de movimentos presentes no território em análise.

2. UMA BREVE REVISÃO DO PLANEJAMENTO URBANO À LUZ DO NEOLIBERALISMO

Sabe-se que a concretude das cidades é materialmente desenvolvida a partir das mais diversas necessidades exigidas pelo quadro urbano. Quanto maior o grau de complexidade das atividades que se aglomeram no território, mais caótica será a organização interna da cidade. Na atualidade, as transformações incorporadas ao território brasileiro dão origem a novas questões que permeiam a vida de relações urbanas, que colocam diretamente em confronto a pobreza, o trabalho e o consumo. Entretanto, para se chegar à tais indagações, é primordial, primeiramente, trazer à análise os efeitos do planejamento urbano e estratégico neoliberal.

Igualmente fragmentado e articulado, o espaço urbano para Corrêa (1989) é modelado por diferentes agentes que manifestam seus interesses e influenciam na configuração da cidade. O Estado, responsável por compatibilizar as pretensões das variadas instituições privadas e dos grupos sociais, possui ação essencial no problema estrutural que atualmente se configura nas cidades. Ora, “a atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar

condições de realização e reprodução da sociedade capitalista” (CORRÊA, 1989, p. 26). De tal modo, ao confrontar como uma crise ou uma barreira para sua reprodução, o sistema capitalista se rearranja de maneira a permitir o contínuo processo de acumulação. De acordo com Harvey (2005 [2001]), o sistema capitalista é muito dinâmico e possui uma força permanentemente revolucionária que constantemente reforma o mundo.

Assim, a partir da expansão do modelo neoliberal, o caráter ideológico capitalista do Estado se intensifica. A competitividade, atributo essencial do neoliberalismo, é um dos principais motores para a acumulação, se tornando também um dos princípios que regem as instituições públicas e, conseqüentemente, o território. Nesse contexto, Dardot e Laval (2016) introduzem a leitura sobre a “mercadorização da instituição pública”, que é compelida a operar de acordo com as regras empresariais e tem uma visão transformada das populações e dos sujeitos, agora também envoltos pela lógica da competição.

Quando as cidades operam sob a lógica de mercado, tornam-se agentes neoliberais fundamentais ao competirem entre si (MAGALHÃES e TONUCCI, 2017) e o espaço urbano é o elemento central nesse cenário, já que assume condições similares à de uma mercadoria. O planejamento aparece como elemento que agencia tal processo e é utilizado a reboque para buscar uma solução para as dificuldades do capital (SANTOS, 2012 [1994], p. 132). É diante desse contexto que as normatizações que visam a renovação urbana se expandem pelo Brasil no início dos anos 2000, já que as cidades buscam estar de acordo com a nova ordem que impera no sistema capitalista em um processo que destrói e reconstrói as cidades.

Essas normas visam tornar as cidades, sobretudo seus centros – onde há maior diversificação de trabalho e melhor acessibilidade – mais atrativos para o capital privado. Assim, o protagonismo proporcionado pelo neoliberalismo intensifica a competição entre as cidades, que buscam investir em particularidades que as tornem sedutoras para o mercado. Como exemplo, é possível citar o programa “Belo Horizonte – Cidade Inteligente”, que visa tornar a capital mineira referência nacional na gestão estratégica e tecnológica do município. Em meio ao ideário que avança pelo mundo, denominado “Smart City”, Belo Horizonte se orgulha de ter ficado, em 2021, pelo terceiro ano consecutivo, entre as seis cidades finalistas do prêmio “World Smart City Awards 2021”⁵. No mesmo contexto, é possível citar a criação do

⁵ Evento anual que tem como objetivo apoiar estratégias urbanas inovadoras que possam impactar na vida dos cidadãos. Belo Horizonte concorreu ao prêmio com outras cinco cidades: Buenos Aires (Argentina), São Petersburgo (Rússia), Sidney (Austrália), Nova Iorque (Estados Unidos) e Sunderland (Reino Unido).

P7 Criativo⁶, o primeiro *hub* de inovação e economia criativa do Brasil, inaugurado em 2022 em um prédio localizado em plena Praça Sete, considerada o “coração” da cidade. Diante de tais esforços, Belo Horizonte visa adquirir destaque em meio a competição das cidades, buscando se aproximar do mercado informacional extremamente capitalizado que se expande por todo o mundo.

A reorganização urbana é ditada então por um planejamento neoliberal que visa a valorização dos espaços da cidade, em um processo que abrange não só a esfera pública, mas também a iniciativa privada. Tal processo em curso consiste na incorporação de modernizações ao território, tornando-o receptivo ao capital e, no mesmo golpe, inóspito à camada popular, uma vez que o modo de organização de uma dada formação socioespacial será transformado e restrito, como já é possível perceber em dados relativos à experiência social no período atual.

No plano individual, o neoliberalismo que se desenvolveu no Brasil, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, trouxe uma experiência social extremamente violenta ao indivíduo à medida que a desigualdade se aprofundava. Em dados publicados recentemente pelo *World Inequality Lab*⁷ (Laboratório das Desigualdades Mundiais), observa-se que em 2021 o 1% mais rico do Brasil possui cerca de 48,9% da fortuna patrimonial nacional. No mesmo relatório, afirma-se que essa desigualdade, conectada à riqueza do país, cresce desde os anos 1990. A globalização, mais intensa do que nunca durante este período, escancara a “fábrica de perversidade” citada por Santos (2001 [2000]), já que a serviço dos grandes agentes hegemônicos, tal processo aprofundou as desigualdades, cresceu a pobreza e o desemprego e restringiu ainda mais o acesso à educação e saúde, simultaneamente ao avanço da ciência, da tecnologia e da informação. A apresentação da globalização ao mundo como “fábula”, também citada por Santos (2001 [2000]), é possível devido à máscara sob a qual os números são apresentados. Afinal, se em 1930 o Brasil era um cafezal, em 1980 já é a oitava economia do mundo. Entretanto, como destaca Souza:

As implicações dessa dinâmica na vida do nosso país foram fantásticas e incomparáveis, pois essa tremenda riqueza, paradoxalmente, se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas consequências

⁶ Resultado de uma articulação institucional que reúne a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), da Fundação João Pinheiro e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes).

⁷ Disponível em: <<https://inequalitylab.world/en/>>. Acesso em 13 de abr. de 2022.

desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda população brasileira, mas sobretudo os mais pobres (SOUZA, 1998, p. 26).

O processo que se expande nessa nova era informacional escancara a esquizofrenia do território proposta por Santos (2001 [2000]), já que as modernizações em curso, pautadas pelo novo planejamento, beneficiam os vetores da racionalidade enquanto, por outro lado, as outras formas de resistência também estão presentes. Assim, no jogo neoliberal imposto pelas cidades, em que inúmeros usos do território são disputados, o uso popular do território precisa se organizar para poder sobreviver. Afinal, como mencionado por Santos (2017 [1996], p. 322), a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. Diante das disparidades sociais em um país como o Brasil, as camadas excluídas do processo racional criam formas de vida alternativas ao processo dominante e se irradiam pelas cidades brasileiras. É diante desse cenário que é possível analisar a importância das figuras do vendedor ambulante e do camelô, considerados essenciais para o entendimento do cenário do trabalho, do consumo e da pobreza nas cidades brasileiras.

3. A COMPLEXIDADE DA CIDADE REPLETA DE CONTRADIÇÕES ENTRE A POBREZA E O CONSUMO

O debate a respeito da pobreza em meio acadêmico e jornalístico, muitas vezes são limitados pela valoração a respeito do assunto, isto é, em busca da definição real sobre a pobreza, são estabelecidos parâmetros para avaliar se uma pessoa ou uma família são pobres. Renda, acesso aos bens de serviço e de lazer, analfabetismo, entre outros, estão entre os critérios escolhidos nas pesquisas estatísticas comumente realizadas. A compreensão da dimensão real da pobreza, no entanto, não deve ser restrita apenas aos números ou aos indicadores que avaliam as capacidades individuais. Conforme Santos (2013b, p. 18), a medida da pobreza é dada, antes de mais nada, pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. Assim, mais do que um problema social de categoria econômica, a pobreza é acima de tudo política (SANTOS, 2013 [1978]).

Por isso, é importante sempre contextualizar a análise em torno da pobreza para não cair nas armadilhas preparadas pelas pesquisas quantitativas e comparativas. A globalização trouxe o consumo como um elemento muito mais central na estrutura social do que em tempos

anteriores, a partir disso, a pobreza tem acompanhado as mudanças e se reestruturando, a sua própria maneira, em busca da participação nas atividades de consumo. Assim, dado o meio técnico-científico-informacional, a cidade se tornou o lócus de uma pobreza urbana que é cercada pelas modernizações que chegam ao território materializadas em formas e ações ou em normas estabelecidas pelo novo planejamento.

A cidade, portanto, reúne uma importante aglomeração de diferenças, seja no âmbito individual e identitário, seja na perspectiva da organização territorial, reunindo todos os capitais e trabalhos. Assim, ao mesmo tempo que possui poder de atrair as grandes firmas e multinacionais, também é capaz de abrigar multidões de pobres, que enriquecem a diversidade socioespacial pelas formas de trabalho e de vida (SANTOS, 2017 [1996], p. 323). Em sua organização interna, é possível apontar uma cidade estruturada e pensada pelos de cima, isto é, pelas camadas altas e pelo capital privado, e, de outro lado, pelos de baixo, ou seja, pela camada popular. Com a atual difusão da informação e do consumo nos países pobres, variáveis responsáveis pela transformação da economia, da sociedade e do espaço (SANTOS, 2004 [1975]), existem repercussões diferenciadas desses elementos pela cidade, isto é, há uma grande disparidade quantitativa e qualitativa no consumo, que resulta na grande complexidade das cidades.

Nessa perspectiva, Santos (2004 [1975]) propõe a teoria dos dois circuitos da economia urbana, sendo o circuito superior resultado direto das modernizações e constituído pelos bancos, indústria urbana moderna, serviços modernos, entre outros, que utilizam tecnologia de capital intensivo. O circuito inferior, por outro lado, compreende os resultados indiretos dessa mesma modernização e é constituído pelos serviços e pelos comércios não modernos de pequenas dimensões, em que predomina o trabalho intensivo. Assim, esse circuito pode ser compreendido como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza nas grandes cidades (MONTENEGRO, 2013, p. 39).

Nesses termos, é possível afirmar, inclusive, que a grande contradição existente no cerne da cidade capitalista dos países periféricos é o crescimento simultâneo do consumo e da pobreza. A existência de um setor popular da economia não pode ser interpretada como alternativa ao setor dominante, uma vez que, para grande parte da população, trata-se da única opção. Ou seja, a rotatividade de produtos criados pelo circuito superior cria uma demanda que não se esgota, independente da camada da população. No entanto, o caráter restrito de tal

circuito, que muitas vezes só possibilita a conexão com a camada popular quando necessita emprestado de sua mão de obra, implica na criação, espontânea nos países pobres, de um circuito inferior, que será o responsável por sanar as necessidades de consumo dos populares. Afinal, ainda que haja grande disparidade de renda, as diferentes camadas da população possuem as mesmas necessidades básicas de consumo.

Em um contexto mais amplo, abarcando não só a realidade econômica, é possível ampliar a análise para o cotidiano urbano, que a partir da divisão social e do trabalho imposta verticalmente, tem despertado ações não-hegemônicas, isto é, uma contrarracionalidade⁸. Conforme Santos (2001 [2000]), isso ocorre devido à racionalidade que comanda as ações planetárias, mas que vem acompanhada de uma perda da razão. Ao impor regras que escapam à realidade da pobreza, há a fuga do que é considerado “correto” perante a racionalidade hegemônica. Assim, por interesse ou incapacidade, uma boa parcela da humanidade não é mais capaz de obedecer a leis e normas, daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares” e “informais” (SANTOS, 2001 [2000], p. 120).

Dotada de criatividade, a contrarracionalidade consiste em ações que realizam uma leitura do território que é negada pelo Estado e pelos agentes hegemônicos. Aproximando a análise da esfera econômica, ainda que os circuitos da economia sejam dinâmicos e os indivíduos possam transitar no circuito que não pertencem, as ações não-hegemônicas são orientadas aos agentes não-hegemônicos. Os vendedores ambulantes, pertencentes ao nível mais inferior do comércio dentro do próprio circuito inferior, por exemplo, podem ser interpretados como uma resposta e um produto da pobreza (BUCHANAN, 1972, p. 156 apud SANTOS, 2004 [1975], p. 218). Esses trabalhadores, enquanto respostas da pobreza, surgem para atender à demanda ignorada pela racionalidade dominante, que inserida no circuito superior, exclui grande parte da população das cidades pobres. Trata-se, como ressalta Miranda

⁸ “Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contrarracionalidades. Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.” (SANTOS, 2017, p. 309).

(2005), de uma necessidade social, que a cada período se adapta às características predominantes:

Acredita-se que esses sujeitos (camelôs, ambulantes, marreteiros, etc.) – com uma presença histórica nas ruas das cidades brasileiras – correspondem, em cada período, a uma necessidade social. No passado, essa prática respondia a uma certa imobilidade da população e, portanto, caracterizava-se, sobretudo, pelo comércio de porta em porta. Nos dias de hoje, a prática dos camelôs corresponde, especialmente, a uma carência de consumo popular. Nesse sentido, a territorialidade desses sujeitos autoriza o consumo de grande parte da população que não tem acesso ao circuito superior da economia (...) essa população possui as mesmas necessidades de consumo que as classes mais abastadas e obtém algumas respostas a essas necessidades no comércio dos camelôs (MIRANDA, 2005, p. 115).

Essa metamorfose do trabalho do pobre nas grandes cidades cria o que se denomina a “flexibilidade tropical” (SANTOS, 2017 [1996], p. 324), que se refere a capacidade de adaptação anteriormente citada. Conforme Tozi (2012), a flexibilidade tropical é contígua a teoria do mercado socialmente necessário proposta por Ribeiro (2005b), uma vez que esse mercado além de ser mais primitivo – anterior à noção do mercado capitalista – é também uma resposta à atual conjuntura de desigualdade. Como citado anteriormente, o consumo é uma necessidade de toda a população e “como as necessidades básicas da vida contemporânea incluem uma diversidade de itens técnicos-científicos-informacionais, são a flexibilidade tropical, o circuito inferior e a pirataria que suprem, com outros modos e custos, tais demandas” (TOZI, 2012, p. 44-45).

Considerando que o espaço urbano é fruto das relações de produção existentes, o circuito inferior da economia urbana indica as contradições presentes na cidade neoliberal. Parte essencial da cidade, esse setor considerado “popular” da economia se configura como abrigo para aqueles desprovidos de qualificação profissional, sobretudo se considerado o período atual, em que a informação como técnica dominante implica cada vez mais no esvaziamento de empregos manuais e no aumento de empregos intelectuais. Frente a diversidade presente nas cidades brasileiras, as políticas de reestruturação urbana que visam revalorizar o espaço urbano ignoram as especificidades presentes no território e impõem ainda mais dificuldades para a organização do comércio popular.

Parte fundamental da composição dos dois circuitos da economia diz respeito a ajuda governamental, uma vez que o circuito superior se beneficia diretamente ou indiretamente desta, enquanto as atividades do circuito inferior não possuem esse apoio e muitas vezes são

até perseguidas, como é o caso dos vendedores ambulantes (SANTOS, 2004 [1975], p. 47). Assim, mediante a complexidade da cidade neoliberal, o circuito inferior, quando conveniente, é usado em favor da racionalidade, quando não, é excluído e muitas vezes criminalizado, tal como ocorre com frequência com os camelôs e os vendedores ambulantes nas cidades brasileiras.

4. A EXPULSÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES E DOS CAMELÔS DO CENTRO DE BELO HORIZONTE (MG) E A CRIAÇÃO DO SHOPPING POPULAR

Vendedor ambulante e camelô são denominações comuns na identificação dos mais diversos trabalhadores de rua e podem ser caracterizados como vendedores que não possuem um espaço físico fixo (loja) para a execução de seus trabalhos. A rua, local mais potencialmente democrático que se pode haver, é o abrigo desses cidadãos, que escapam ao pagamento de impostos e necessitam do mínimo de capital e material para improvisar sua venda. A principal característica desses trabalhadores, no entanto, é o que irá os diferenciar substancialmente dos lojistas: o vendedor de rua é menos dependente da sua clientela, ele vai à sua procura (SANTOS, 2004 [1975], p. 218). Mais importante, buscam seus clientes portando produtos acessíveis de acordo com a demanda atual. Afinal, se há previsão de chuva, os encontraremos vendendo capas e guarda-chuvas. Se houver um jogo de futebol na cidade, por lá estarão vendendo artigos pirateados das equipes.

Assim, esses vendedores emergem nas brechas do processo de organização das cidades pobres e desiguais e se destacam nas ruas na busca pela sobrevivência ao mesmo tempo que facilitam o consumo pela camada pobre. Ainda que alguns trabalhadores consigam fixação em um dado local da rua e até criem uma relação com a comunidade do entorno, as condições de venda são muito mais instáveis se comparadas à de um lojista, uma vez que se trata de um trabalho que foge ao mercado “formal”. A venda na rua pode ser interpretada então como uma ocupação que rapidamente se oferece como opção àqueles que estão desempregados. Revelam, inclusive, como o circuito inferior disponibiliza uma estrutura de abrigo para os cidadãos desprovidos de capital e qualificação profissional (SANTOS, 2004 [1975]).

Diante de sua principal característica, que é a busca pela clientela, esses trabalhadores, via de regra, atuam preferencialmente no centro da cidade, uma vez que os pequenos negócios

do circuito inferior necessitam de uma escala mínima de mercado que lhes permitam perpetuar sua existência (MONTENEGRO, 2013, p. 40). Embora a presença popular nos centros da cidade seja histórica, tal processo ganha maior intensidade a partir dos anos 1970, quando há o esvaziamento dos locais de comércio, lazer e serviço das camadas mais altas, que buscam um “novo centro”, mais adaptado às transformações em curso, sobretudo devido ao uso do automóvel (VILLAÇA, 2009 [2001]). Portanto, em um processo que se inicia na década de 1970, as camadas populares assumem o protagonismo nos centros históricos das cidades.

Em Belo Horizonte, simultaneamente à expansão do uso popular do território, se tem o início do processo de regulação e limitação dos ambulantes e camelôs com a Lei nº 3.841 de 1984, que reorganiza o processo de licenciamento de bancas de camelôs nos logradouros públicos ao condicionar a atuação desses trabalhadores à autorização prévia da prefeitura. Essa lei revela indícios da noção de um centro “degradado” ou “desordenado”, que é intensificado durante a década de 1990. No entanto, é importante ressaltar, conforme Jesus (2015), o que é comumente chamado de degradação, nada mais é do que a popularização do centro. Para todos os efeitos, em vista da transformação do espaço urbano, esse processo popular aparece junto ao avanço da desvalorização da área central. Assim, diante dos ideários neoliberais da cidade, gradualmente a atividade ambulante em Belo Horizonte vai se tornando legalmente limitada até a proibição total com o Código de Posturas em 2003 (Fig. 1).

Figura 1. Normas que organizam o comércio ambulante em Belo Horizonte (1984-2004)



Fonte: Elaboração própria. Levantamento realizado na página oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>

A partir do cenário de competição entre as cidades, compreende-se que as normatizações direcionadas à regulação do comércio ambulante visam tornar as ruas mais limpas e menos obstruídas, aproximando-as da caracterização de local de passagem e

circulação. Essa característica é importante no contexto atual, pois vai de encontro à tão almejada fluidez territorial, em que o fluxo de mercadorias e pessoas são fundamentais para a reprodução do capital nas cidades. Dessa maneira, o espaço fragmentado se torna uma tendência e é a pobreza – aqui simbolizada pelos vendedores ambulantes e camelôs – a principal vítima desse processo. Por isso mesmo, deve-se retomar a questão sobre o planejamento urbano, contexto mais amplo dessas normatizações.

Ora, a partir da leitura territorial feita pela instituição pública, que se concretiza no planejamento, identifica-se nesse processo a tentativa de controle da vida social, tendo em vista a elaboração de medidas que definem quem pode ou não utilizar o espaço público. Como apontado por Couto (2022), apesar do grande potencial democrático das ruas, não se identifica tal característica na prática, uma vez que a mesma legislação que proíbe a atuação dos camelôs nas ruas visando permitir a “apropriação das calçadas pelos pedestres e maior acessibilidade”⁹, permite a colocação de mesas e cadeiras nas calçadas por bares, restaurantes e similares¹⁰, revelando uma contradição no cerne da própria legislação.

O processo em curso, que decreta a expulsão dos camelôs das ruas de Belo Horizonte, possui como resultado direto a invenção do shopping popular na cidade, em uma ação articulada diretamente com a iniciativa privada. Ainda no ano de 2002, com a iminente proibição desses trabalhadores, um empresário arremata um imóvel pertencente à cervejaria Antártica, que por muito tempo funcionou como uma fábrica, para constituir ali um camelódromo. Após a instituição do Código de Posturas em 2003, o empresário propõe¹¹ uma parceria com o poder público para alojar os camelôs em um espaço fechado de compras. Assim, o ano de 2003 marca a inauguração desse novo tipo de comércio, com a criação do Shopping Oiapoque, que leva o nome da rua onde se localiza.

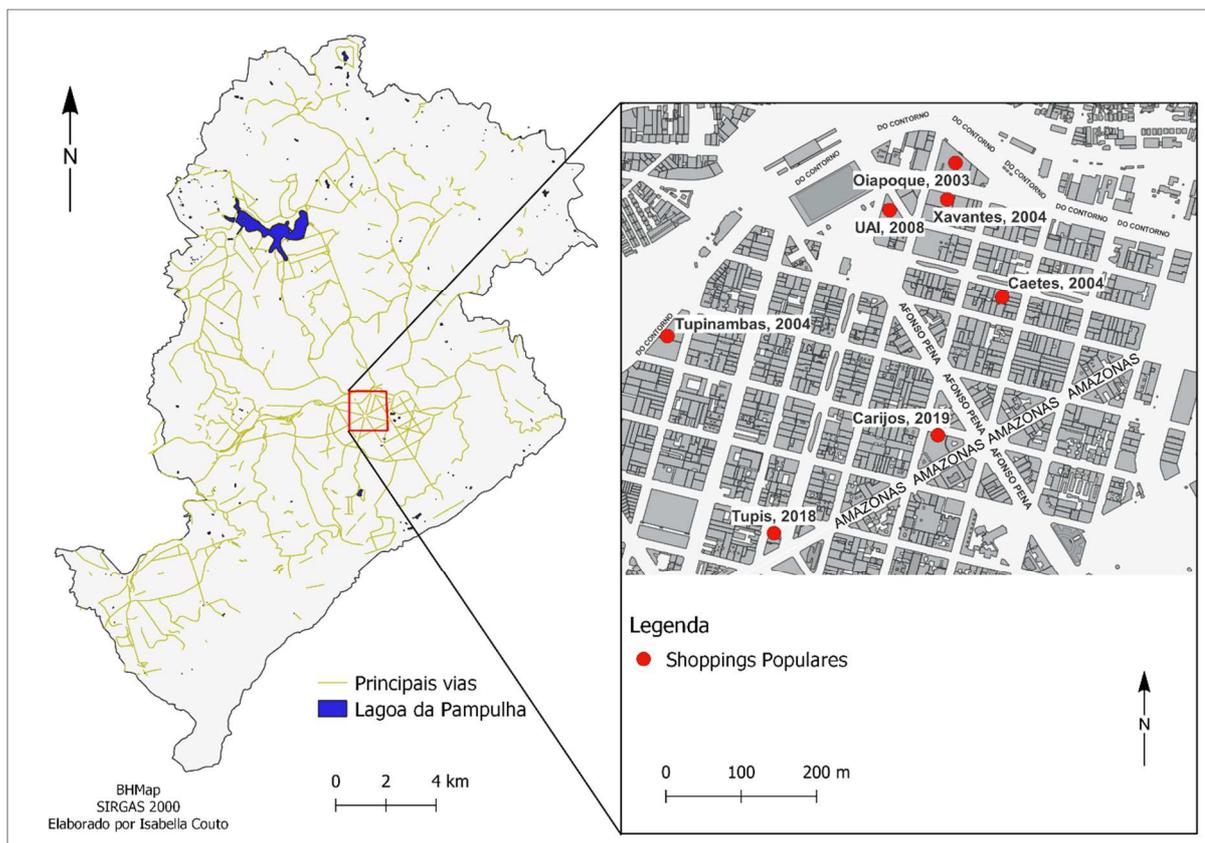
⁹ Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

¹⁰ Lei n° 8616, de 14 de julho de 2003 (Código de Posturas): Art. 76. Somente poderá colocar mesa e cadeira nos termos do art. 75 desta Lei a edificação utilizada para o funcionamento de restaurante, bar, lanchonete, café, livraria ou similares.

¹¹ “A prefeitura já preparava um projeto de revitalização do centro de Belo Horizonte, chamado Centro Vivo, e a proposta que o empresário fez caiu como uma luva para os interesses do governo: criar um shopping popular para que os camelôs pudessem trabalhar. De camelôs eles passariam a lojistas.” Disponível em: <<https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2012/09/ele-quer-entrar-para-a-politica.html>> Acesso em: 29 de abr. de 2022.

A expansão desses espaços no centro ocorre já a partir de 2004, com a inauguração do Shopping Xavantes, do Shopping Tupinambás e do Shopping Popular Caetés. Em 2008, o UAI Shopping é inaugurado em frente à Rodoviária e, mais recentemente, há a abertura do Shopping Tupis em 2018 e do Shopping Carijós em 2019. A fragmentação do território, intencionalmente produzida no período atual, é aqui evidenciada pela concentração dos shoppings populares em uma área específica do centro da capital (Map. 1), o chamado “baixo centro” pelo senso comum, onde há a diversificação de usos populares do território. Trata-se do oposto do “centro chique”, onde o uso residencial aumenta enquanto a oferta de comércios e serviços ganha contornos luxuosos.

Mapa 1. Localização dos shoppings populares no centro de Belo Horizonte



Fonte: COUTO, 2022 (adaptado)

A parceria com a iniciativa privada, característica marcante do planejamento urbano neoliberal, no caso dos shoppings populares ocorre na execução inicial da proposta. Isto é, a Prefeitura de Belo Horizonte se responsabiliza pela retirada dos camelôs e ambulantes das ruas,

realiza o cadastro desses vendedores para posterior sorteio dos boxes e subsidia o valor do aluguel desses espaços durante um período preestabelecido. Entre os sete shoppings populares aqui listados, somente o Shopping Popular Caetés é mantido e administrado pela prefeitura, sendo os outros seis de responsabilidade privada. Constata-se, portanto, que posterior à expulsão das ruas, os camelôs são jogados ao empresariado, o que os tornam vulneráveis ao jogo capitalista envolvido no valor dos aluguéis.

Essa vulnerabilidade é evidenciada quando analisada a situação de cada shopping popular no período atual. Ora, o Shopping Popular Caetés encontra-se praticamente abandonado pela prefeitura, com poucos boxes ocupados e diversos problemas estruturais. O UAI Shopping, também muito esvaziado de vendedores, possui pouco movimento de clientes. O Shopping Tupis já não possui mais o formato tradicional de boxes, que se desfizeram e deram origem as lojas que possuem acesso direto para as ruas, tal como acontecerá com o Shopping Tupinambás, também esvaziado. No momento de realização desta pesquisa, o Shopping Carijós estava fechado. Os Shoppings Oiapoque e Xavantes, por outro lado, são os únicos casos de “sucesso”, em que existe, de fato, um grande movimento de consumidores. No entanto, sob administração privada, entra em questão o jogo capitalista anteriormente citado, que evidencia a contradição e a inviabilidade inserida no projeto dos shoppings populares: se há sucesso do empreendimento, os preços dos aluguéis se elevam, o que afasta o verdadeiro camelô, que não dispõe de capital suficiente para bancar os gastos que são inexistentes nas ruas.

A conjuntura dos shoppings populares revela que o poder público somente objetivou a expulsão desses trabalhadores das ruas ao não oferecer melhores alternativas que os possibilitassem a sobrevivência. Existe, portanto, uma motivação higienista e de mercado para o centro de Belo Horizonte. A perversidade das políticas de planejamento é desmascarada quando até nos empreendimentos destinados a acolher os sujeitos pobres, a lógica imobiliária inevitavelmente predomina, restando à essa pobreza recorrer, novamente, aos meios de trabalho à margem do mercado considerado legal e formal.

Dessa forma, a criação do shopping popular, divulgada como solução para o comércio ambulante e alternativa para a manutenção do trabalho dessas pessoas, revela a leitura rígida e normatizada que o poder público faz do território. Ora, ao transformá-los em lojistas e alterar o uso que esses indivíduos fazem do território, toda a lógica em torno do trabalho é transformada. Afinal, nas ruas não existe pagamento de aluguel e nem de condomínio. Os produtos vendidos

podem ser mais facilmente modificados em função da demanda da época, isto é, há uma menor necessidade de “estoque” e não há necessidade da escolha por tipo de produto comercializado para identificação e fidelização da clientela. Os potenciais clientes são, na verdade, pedestres. Em outras palavras, a demanda é “criada” de forma espontânea, o pedestre se torna cliente sem ter essa intenção inicial. Assim, ao enclausurar esses sujeitos em espaços fechados, a potencial clientela se torna muito reduzida.

As legislações que deram origem aos shoppings populares, de acordo com Tozi (2017), não respondem à questão central do problema: como se organizam os pequenos trabalhadores na cidade e como encontrar soluções razoáveis que lhe garantam o direito ao trabalho e à sobrevivência?

As constantes crises econômicas sempre irão inchar a economia popular urbana, dado que na grande velocidade do tempo das cidades, a pobreza não possui alternativas. Portanto, se diante da crise dos anos 1980/1990 Belo Horizonte teve seu centro repleto de camelôs e ambulantes, a nova crise político-econômica que se estabeleceu no país em meados de 2016 trouxe de volta às ruas centrais esses sujeitos, que agora resistem mais intensamente às políticas públicas que os incriminam.

Em continuidade ao processo inaugurado no ano de 2003, o então prefeito Alexandre Kalil (ex-PHS, atual PSD) propõe o Plano de Ação para o Hipercentro em 2017, que retoma a problemática em torno dos camelôs e defende a mesma medida efetivada 14 anos antes: transformá-los em lojistas nos shoppings populares. Dessa vez, no entanto, a ação encontrou maior desaprovação dos vendedores. Para a execução da proposta, a prefeitura estabeleceu um prazo para que esses trabalhadores se retirassem das ruas do centro. Esgotado esse tempo, foram mobilizadas operações ostensivas de fiscalização, o que culminou em protestos pelo direito de trabalhar nas ruas. O resultado foi um confronto com a polícia militar¹² – evidenciando aqui o apoio do poder público estadual nesse processo – com dezenas de pessoas presas.

O constante processo de expulsão dos vendedores de rua do centro da cidade de Belo Horizonte ilustra uma das facetas do planejamento urbano que aqui nos referimos, que envolve a negação do reconhecimento das especificidades do sujeito popular. A ineficácia desse planejamento é revelada na manutenção do protagonismo popular no centro, já que mesmo

¹² “Protesto contra retirada de ambulantes transforma Praça Sete em campo de guerra”. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/04/interna_gerais,881139/protesto-contra-retirada-de-camelos-leva-guerra-a-praca-sete.shtml>. Acesso em 23 de maio de 2022.

vigiados e perseguidos, os vendedores ambulantes e os camelôs não abandonam seu trabalho, ainda que momentaneamente tenham que migrar para centralidades periféricas. Não se trata, portanto, de uma questão que possui solução dentro da lógica de mercado, como propõe o poder público. Diz respeito a uma economia popular urbana, que possui uma racionalidade própria, e analisá-la como economia de mercado demonstra ignorância ou má-fé (TOZI, 2017).

Portanto, as políticas de planejamento urbano para cumprirem ao propósito a que originalmente servem, devem considerar que o primeiro passo para a resolução da problemática em torno da atual desordem do comércio de rua é o reconhecimento das especificidades dessa atividade, que possui conexões com diversas categorias da sociedade, como o poder público, a iniciativa privada, os lojistas, o mercado atacadista e a população. Assim, posteriormente, será possível vislumbrar soluções dentro do próprio da economia popular urbana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a ser feita refere-se às medidas públicas elaboradas pelo planejamento urbano. É necessário ressaltar que as ações do poder público são pensadas em conformidade com uma interpretação do território essencialmente política, logo, somente nos interessa enquanto norma. Tal perspectiva política remonta a ideia de um Estado tecnocrático, em que ao território é atribuído uma noção rígida de um ordenamento dentro dos princípios capitalistas. Nesse sentido, no neoliberalismo atual, algumas formas geográficas consideradas modernas assumem o papel de “modelo” dentro desse arranjo capitalista, como o shopping-center, que representa não só o consumo em massa, mas, também, a perda de importância do espaço público frente ao espaço privado.

Entende-se, inclusive, para uma segunda consideração, que na invenção do “shopping” popular, por exemplo, a própria nomenclatura do empreendimento compreende a psicosfera¹³ do marketing em torno do consumo e de sua organização (COUTO, 2022). Afinal, se o shopping-center representa modernidade, ao idealizar o “shopping” popular, há uma tentativa de se “elevar” os padrões de trabalho e consumo da pobreza. Ora, a conversão do vendedor

¹³ Segundo Santos (2017 [1996], p. 256), a tecnoesfera e a psicosfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade e a contrarracionalidade no território. Enquanto a tecnoesfera é dependente da ciência e da tecnologia, a psicosfera é o reino das ideias, crenças e paixões, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.

ambulante em loja modifica o uso que esse faz do território, pois confina seu trabalho em um espaço fechado em detrimento do espaço público. Além disso, é necessário ressaltar que a opção, que partiu do poder público e da iniciativa privada, pela categoria “shopping” popular, é uma tentativa de situar o comércio popular, etimologicamente, lado a lado com o shopping-center, via psicoesfera do marketing. Se comparados, no entanto, percebe-se que ambos pouco se assemelham, uma vez que o shopping-center possui grandes estacionamentos, grandes redes, espaços para lazer e diversos serviços, e no shopping popular, via de regra, são raros os estacionamentos e grandes redes e a prática do consumo é a única opção ofertada.

Uma terceira consideração importante é a de que é o uso do território, e não o território em si, que permite a compreensão da organização territorial das cidades. A leitura do território de maneira homogênea abre poucas possibilidades para a compreensão da complexidade da vida urbana nas cidades pobres. O planejamento urbano, a serviço da racionalidade dominante, busca anular as experiências populares e não abre brechas para manifestação pura da contrarracionalidade, que é a desejada pelos homens. A experiência belo-horizontina em torno dos ambulantes e dos camelôs, tornada cada vez mais violenta, revela esse fato. Com relação a esses trabalhadores, defende-se que “a regulamentação se faz necessária, mas é essencial que ocorra, concomitantemente a esse processo (...) o reconhecimento dessa territorialidade como depositário de trabalho e saber (...) e como um novo direito ao uso e à permanência na cidade” (MIRANDA, 2005, p. 119).

Por fim, em vista das tensões presentes no território no período atual, Santos (2005, p. 255) desenvolve a metáfora do retorno do território ao evidenciar o papel ativo que o território alcança com a mundialização: “o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-no pensar no início da história (...)”. Assim, enquanto o Estado age politicamente e fomenta o receituário neoliberal no planejamento do espaço urbano, o território, com sua essência social, demonstra-se ativo, e sua resposta é anunciada nos usos que nele surgem permanecem ou resistindo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COUTO, I. **A cidade em dois tempos: usos populares e modernizações do território no centro de Belo Horizonte (MG)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2022.

DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2005 [2001].

JESUS, C. **A popularização do centro**. Caderno de Geografia, v.25, n.44, 2015.

MAGALHÃES, F. & TONUCCI, J. **A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 433-454, maio/ago 2017.

MIRANDA, A. L. **O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto**. Dissertação de mestrado. Campinas: IG/Unicamp, 2005.

MONTENEGRO, M. **Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, 2013.

RIBEIRO, A. C. T. **Dimensões Culturais da ilegalidade**. In: PATIÑO, A. R. (org.). **Espacios urbanos no con-sentidos**. Colombia: Universidad Central de Colombia-Medellín, 2005a.

RIBEIRO, A. C. T. **Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005b.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013 [1993].

_____. **Natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2017 [1996].

_____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004 [1975].

_____. **O retorno do território**. In: **Territorio y movimientos sociales**. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 n°16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Pobreza urbana.** São Paulo: Edusp, 2013 [1978].

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2012 [1994].

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001 [2000].

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008 [2001].

SOUZA, M. A. **Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação.** In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: Globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998.

TELLES, V. **Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade.** In: OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. (orgs). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, Coleção Estado de Sitio, 2007.

TOZI, F. **Ambulantes: da cidade inteligente à inteligência nas cidades.** O Tempo, Belo Horizonte, 22 de julho de 2017. Artigo de opinião.

_____. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical: Investigando os objetos técnicos no período da globalização.** Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2009 [2001].